



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG**

# **Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Educação e Saúde**

**Valores até Outubro/2017**

Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – km 5, nº 4600  
Saco Grande II – Florianópolis – SC  
Fones: (48) 3665-2773, 3665-2633 e 3665-2727





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG**

**GOVERNADOR DO ESTADO**  
João Raimundo Colombo

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**  
Almir José Gorges

**DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL**  
Graziela Luiza Meincheim

**ASSESSOR DO DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL**  
Vagner Alonso Pacheco

**GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**  
Gilceu Ferreira

**GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA**  
Andréa Terezinha Vitalli

**GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA**  
Vera Lucia Hawerth Santana

**GERENTE DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL**  
Marcelo Inocêncio Pereira

**GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL**  
Flávio George Rocha

**ELABORAÇÃO:**  
Grupo de Trabalho de Informações da Gestão Fiscal

**EQUIPE:**  
Alice Luciane Rhoden  
Heber Lima da Costa  
Maria Luiza Seemann  
Mário Wendhausen Gentil

**Informações:**  
**Telefones:** (48) 3665-2646, 3665-2727,  
3665-2650, 3665-2719

**E-mail:** [gtif@sefaz.sc.gov.br](mailto:gtif@sefaz.sc.gov.br)

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – Km 5, nº 4.600  
Saco Grande II – Florianópolis – SC



## **Aplicação Mínima Anual**

A Constituição Federal determina uma aplicação mínima anual de recursos nas áreas de educação e saúde. Dessa forma, o cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício\*.

Para a Educação deverão ser aplicados, no mínimo, 25% da RLI.

Para a Saúde deverão ser aplicados, no mínimo, 13% da RLI.

O Governo do Estado de Santa Catarina vem cumprindo anualmente o mínimo constitucional, conforme pode ser constatado na tabela a seguir:

### **EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE / RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS**

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Percentual Aplicado em Educação</b>	26,19%	26,57%	29,42%	28,30%	28,39%	27,57%	26,99%	26,57%
<b>Percentual Aplicado em Saúde</b>	12,04%	12,09%	12,14%	12,02%	12,11%	12,86%	12,82%	12,60%

## **Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais – RLI**

Conceito de receita que serve de base para a verificação do cumprimento dos valores mínimos previstos na Constituição Federal para aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde.

### **Composição da RLI (= 1 + 2 – 3)**

(+) 1 – Impostos Arrecadados diretamente pelo Estado (inclui juros, multa e dívida ativa):

ICMS

IPVA

ITCMD

IRRF (retido da folha dos servidores e no pagamento de fornecedores)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
**DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG**

(+) 2 – Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União:

FPE

ICMS Desoneração – LC nº87/1996

IPI-Exportação

IOF-Ouro

(-) 3 – Deduções da RLI: do valor recebido pelo Estado pela arrecadação de impostos (item 1 acima) e transferências da União (item 2 acima), parte é repassada aos municípios e outra restituída aos contribuintes. Assim, o Estado repassa/devolve:

**Aos municípios:** 25% do ICMS e IPI-Exportação e 50% do IPVA arrecadados;

**Restituições:** devoluções aos contribuintes dos impostos arrecadados indevidamente (exemplos: contribuinte pagou em duplicidade; contribuinte que pagou valor maior que o devido).

## **Receitas do FUNDEB**

Dos valores dos impostos arrecadados pelo Estado e após o repasse aos municípios, ou seja, da parcela pertencente ao Estado são destinados ao FUNDEB 20% dos seguintes impostos:

ICMS

IPVA

ITCMD

FPE

ICMS Desoneração – LC nº87/1996

IPI-Exportação

Após a destinação dos recursos para o FUNDEB, o mesmo distribui os recursos de acordo com o número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública, atualizados com os dados do último censo escolar. Para os Municípios é considerado o número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental e para o Estado o número de alunos matriculados no ensino fundamental e médio.

Devido a um coeficiente chamado “fator de ponderação” que varia de acordo com a etapa e a modalidade do ensino, o governo do Estado de Santa Catarina envia mais recursos para o fundo do que recebe como retorno do FUNDEB. Esta diferença é denominada de PERDA DO FUNDEB. No entanto o Estado de Santa Catarina não perde, pois estes recursos são distribuídos entre os municípios catarinenses.

Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – km 5, nº 4600  
Saco Grande II – Florianópolis – SC  
Fones: (48) 3665-2773, 3665-2633 e 3665-2727





DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM EDUCAÇÃO  
JANEIRO A OUTUBRO 2017

R\$ 1,00

RECEITAS	
<b>I - RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>15.188.295.348,88</b>
Impostos	18.809.282.732,99
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	1.150.599.871,39
(-) Repasses aos Municípios - Transferências Constitucionais e Legais	4.771.587.255,50
<b>RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>268.539.088,34</b>
Transferências do FNDE	268.338.281,84
Transferências de Convênios Destinados a Programas de Educação	200.806,50
<b>RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>1.828.476.991,10</b>
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.808.050.777,04
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.426.214,06
DESPESAS	
<b>II - DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DAS FONTES TESOURO<sup>1</sup></b>	<b>1.339.766.235,58</b>
<b>III - DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB</b>	<b>1.727.920.655,98</b>
Pagamento dos Profissionais do Magistério	1.407.321.712,52
Outras Despesas	320.598.943,46
<b>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>319.164.695,63</b>
Custeadas com a Contribuição Social do Salário-Educação	175.619.968,50
Custeadas com Outras Receitas	143.544.727,13
<b>IV - DEDUÇÕES/ADIÇÕES PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	<b>967.587.441,04</b>
Perda nas Transferências do FUNDEB	1.001.655.351,16
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	(20.426.214,06)
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	(1.051.875,32)
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, de Outros Recursos de Impostos	(12.589.820,74)
Cancelamento, no Exercício, de Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores (Fontes Tesouro e Fundeb) <sup>2</sup>	-
<b>V - DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>	<b>44.163.487,42</b>
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	44.163.487,42
<b>TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (II + III + IV)</b>	<b>4.035.274.332,60</b>
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS ATÉ O MÊS <sup>3</sup>	
VALOR A APLICAR PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (25% DA RLI)	<b>3.797.073.837,22</b>
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	<b>4.035.274.332,60</b>
<b>DIFERENÇA</b>	<b>238.200.495,38</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO</b>	<b>26,57</b>
VALOR DO FUNDEB A APLICAR NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (60% DO FUNDEB)	<b>1.097.086.194,66</b>
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	<b>1.363.158.225,10</b>
<b>DIFERENÇA</b>	<b>266.072.030,44</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO</b>	<b>74,55</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de Santa Catarina - SIGEF/SC

Notas:

<sup>1</sup> De acordo com o Ofício SEF/GABS nº 1292/2007, as despesas com inativos serão excluídas gradativamente, à razão de 5% a.a., a contar de 2007. Portanto, foram consideradas 50% das despesas liquidadas custeadas com recursos do Tesouro do Estado.

<sup>2</sup> Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2016 foram cancelados R\$ 3.893.084,72 dos Restos a Pagar inscritos em 2015 (Fontes Tesouro e Fundeb). Como em 2015 o Estado aplicou R\$ 408.563.289,38 além do mínimo constitucional exigido, o cancelamento dos Restos a Pagar não impactou no descumprimento do limite do ano anterior.

<sup>3</sup> O cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício, pois a Constituição determina uma aplicação anual de, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos.

Florianópolis, 20 de novembro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN  
COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL  
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9



DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE  
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017

R\$ 1,00

<b>I - RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>15.188.295.348,88</b>
Impostos	18.809.282.732,99
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	1.150.599.871,39
Deduções De Transferências Constitucionais aos Municípios	4.771.587.255,50
<b>DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE<sup>1</sup></b>	
DESPESAS COM SAÚDE (Todas as fontes)	2.428.969.860,03
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-
(-) DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	153.308,56
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	515.233.620,02
Recursos do Sistema Único de Saúde	395.877.179,49
Recursos de Operações de Crédito	86.458.744,98
Outros Recursos	32.897.695,55
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADOS À SAÚDE	-
<b>II - TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE (Fonte Tesouro)</b>	<b>1.913.582.931,45</b>
<b>III - AJUSTES CONSIDERADOS PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	
Restos a Pagar Cancelados - Vinculados à Saúde (Fonte Tesouro) <sup>2</sup>	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (II + III)</b>	<b>1.913.582.931,45</b>
<b>VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL ATÉ O MÊS<sup>3</sup></b>	
VALOR A APLICAR PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (13% DA RLI) <sup>4</sup>	1.974.478.395,35
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	1.913.582.931,45
<b>DIFERENÇA</b>	<b>(60.895.463,90)</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO</b>	<b>12,60</b>

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 Nas Despesas com Saúde foram consideradas as despesas executadas na Função 10 - Saúde, exceto as executadas pelo Fundo do Plano de Saúde e pela Secretaria de Administração na ação 445 - Saúde e segurança no contexto operacional, pois, embora contabilizados na Função 10, não são de acesso universal, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29.

2 Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2016 foram cancelados R\$ 17.996.456,56 dos restos a pagar inscritos em 2015 ( Fonte do Tesouro ). Como em 2015 o Estado aplicou R\$ 135.995.834,67 além do mínimo constitucional exigido, não existe valor a ser ajustado no exercício de 2016.

3 O cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício, pois a Constituição determina uma aplicação **anual** de, no mínimo, 12% da Receita Líquida de Impostos.

4 Conforme a Emenda Constitucional nº 72 de 09/11/2016 que dá nova redação ao art. 155 e ao art. 50 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição do Estado de Santa Catarina, a aplicação mínima a que se refere o art. 155, § 2º, inciso II, da Constituição do Estado, em ações e serviços públicos de saúde, será gradativamente implementada até o exercício fiscal de 2019, observada que, no exercício fiscal de